



TRAMA GOLPISTA

Ramagem deve entrar na lista da Interpol

Foragido desde setembro, o deputado pediu para votar, dos EUA, o PL Antifacção

» IAGO MAC CORD
» VINICIUS DORIA
» WAL LIMA

O mandado de prisão do deputado Alexandre Ramagem será incluído no Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP). Condenado a 16 anos e 1 mês de detenção, ele fugiu para Miami, nos Estados Unidos, em setembro e aguardava em liberdade o julgamento dos embargos apresentados à Primeira Turma.

O ministro Alexandre de Moraes estuda pedir a extradição do deputado federal e deve determinar a inclusão do nome dele na lista de difusão vermelha da Interpol, que trata de foragidos internacionais.

Moraes também determinou à Mesa da Câmara dos Deputados que declare a perda do mandato do deputado federal após o trânsito em julgado da ação penal da trama golpista. De acordo com o despacho, cabe à Mesa Diretora da Câmara formalizar a perda do mandato, já que a condenação é definitiva e o parlamentar não pode mais desempenhar suas funções públicas. A Constituição estabelece que a cassação deve ser declarada quando há condenação criminal sem possibilidade de novos recursos.

Ramagem foi condenado por utilizar a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da qual foi diretor, para promover monitoramento ilegal de adversários políticos e para dar suporte a iniciativas golpistas que buscavam alterar o resultado das eleições de 2022.

Em vídeo postado nas suas redes sociais, Ramagem desafiou Moraes a dizer que foi condenado em um processo cheio de "ilegalidades, inconstitucionalidades e perseguições" e que, se o magistrado quiser pedir a extradição, terá que enviar a ação do golpe para "análise dos Estados Unidos". O deputado chamou Moraes de "tirano de toga" e "violationista dos Direitos Humanos" e assegurou que só poderá



Ramagem foi condenado por utilizar a Abin, da qual foi diretor, para dar suporte às iniciativas golpistas



Um parlamentar que está em licença médica pode usar o Infoleg, mas apenas no país. Se estiver no exterior, não pode votar"

Hugo Motta,
presidente da Câmara dos Deputados

ser preso se a Câmara dos Deputados autorizar.

Ele teve o passaporte apreendido pelo STF com o objetivo de evitar fuga para o exterior, mas deixou

o país às vésperas da decisão da Corte. Segundo informações preliminares da investigação, ele teria viajado de avião para Boa Vista e, de lá, seguido de carro para a fronteira com a Guiana ou com a Venezuela, de onde seguiu, depois, para os Estados Unidos.

Sem direito a voto

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Repúlicanos-PB), descartou a participação de Ramagem na votação do PL Antifacção pelo aplicativo Infoleg. Segundo Motta, o uso do sistema por parlamentares em licença médica só é permitido quando estão em território nacional. "Um parlamentar que está em licença médica pode usar o Infoleg, mas apenas no país. Se estiver no exterior, não pode votar. Estou cumprindo o regimento da Casa", declarou Motta. Ele informou que o caso será analisado pelo setor jurídico da Câmara.

A posição do presidente segue parecer da Secretaria-Geral da Mesa, publicado no Diário Oficial, que determina ser inválida a presença e a votação de deputados fora do país, salvo quando estiverem em missão oficial autorizada. O documento destaca que viajar ao exterior sem comunicação prévia configura violação ao Regimento Interno.

O parecer cita ainda que Ramagem solicitou à Câmara, no dia 18 de novembro, a liberação de um telefone com roaming internacional para acompanhar a distância a votação do PL Antifacção, embora as normas impeçam o exercício do mandato fora do Brasil.

A Câmara informou que o deputado não possui missão oficial autorizada e que não houve comunicação formal sobre sua saída do país. Também confirmou que Ramagem está amparado por atestados médicos em dois períodos: de 9 de setembro a 8 de outubro e de 13 de outubro a 12 de dezembro.

Colaboraram Giovanna Sfalsin, Fernanda Strickland, Raphaela Peixoto e Vanilson Oliveira

Motta diz que é "inopportunuo" pautar anistia

» WAL LIMA
» ALÍCIA BERNARDES
» VANILSON OLIVEIRA
» LETÍCIA CORRÊA*

As articulações da oposição na Câmara para que o projeto de lei da anistia entresse na pauta de votação nesta semana perderam força. Um dos motivos seria um desentendimento entre o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o líder líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), em razão do PL Antifacção aprovado na semana passada.

Em entrevista a jornalistas, porém, o líder do PL minimizou as especulações sobre o suposto desgaste. Segundo ele, não houve qualquer ruptura. "Relações de trabalho têm dia bom e dia ruim. É igual casamento. Somos amigos e nada vai atrapalhar", declarou.

Sóstenes garantiu que o PL continuará pressionando pela votação integral da anistia, sem aceitar alternativas como a dosimetria das penas.

Motta tem dito, entretanto, que o momento é inopportunuo para pautar a matéria. Conforme apurado pelo **Correio**, o presidente da Câmara comentou a aliados que o momento está muito conturbado e que pautar anistia ampla, geral e irrestrita se estendendo a Bolsonaro, seria "colocar lenha na fogueira".

Anistia mais leve

Com o desgaste entre Sóstenes e o presidente da Casa, o líder da oposição na Câmara, deputado Tenente-Coronel Zucco (PL-RS),



Motta: momento político está muito conturbado para votar anistia



"Pedimos ao presidente Hugo Motta, pedimos ao presidente Davi Alcolumbre, que deixem o processo legislativo acontecer. Se a gente ganhar, respeitamos a decisão. Se a gente perder, a gente vai respeitar a decisão. Mas temos que ir para o voto"

Flávio Bolsonaro, senador

Apelo

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), também a favor da inclusão da anistia na Câmara, disse que a pauta é legítima e só cabe ao Congresso decidir. Ele ainda garantiu que, se a Casa decidisse pela não anistia, ele e o grupo bolsonarista aceitariam a decisão. "Eu não consigo entender por que fica interditado esse debate por causa de forças ocultas, alheias, externas ao Congresso Nacional", comentou.

Segundo ele, o grupo não pretende obstruir a sessão caso a proposta não seja incluída imediatamente, e indicou que a oposição apostava em uma estratégia menos conflituosa desta vez.

"Pedimos ao presidente Hugo Motta, pedimos ao presidente Davi Alcolumbre, que deixem o processo legislativo acontecer. Se a gente ganhar, respeitamos a decisão. Se a gente perder, a gente vai respeitar a decisão. Mas temos que ir para o voto", disse o senador ao **Correio**.

Colaborou Eduarda Esposito

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro e generais presos em regime fechado é um novo paradigma

A execução das penas impostas pelo Supremo Tribunal Federal ao ex-presidente Jair Bolsonaro, a três generais de Exército, a um almirante de esquadra, a um delegado da Polícia Federal e a um deputado federal foragido representa um momento de ruptura na história política brasileira. Pela primeira vez, a democracia impõe consequências reais a altas autoridades civis e militares poderosas que tentaram subverter a ordem constitucional.

Ao decretar o trânsito em julgado dos acusados de tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e iniciar imediatamente o cumprimento das penas, o ministro Alexandre de Moraes, rompe o padrão de leniência com o golpismo da nossa história republicana. Consolida-se o entendimento de que Estado brasileiro não tolera aventuras golpistas como parte do jogo político. A prisão de generais de quatro estrelas e de um ex-presidente, algo antenado inimaginável, estabelece precedente que protege o futuro democrático do país.

Bolsonaro continuará preso na Polícia Federal (PF); os generais Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira ficarão no Comando Militar do Planalto, em Brasília. O general Braga Netto, preso desde dezembro de 2024, permanece no Comando da 1ª Divisão do Exército, no Rio de Janeiro. Já Anderson Torres ficará preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, no Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como Papudinha.

A execução das penas ultrapassa o alcance jurídico das sentenças: historicamente, é um antídoto contra a cultura de golpismo e impunidade que marcou as transições políticas brasileiras desde 1930, passando por 1945, 1964, 1979 e 1985. O Supremo demonstra que o uso da força e da manipulação institucional para anular eleições é intolerável.

Entretanto, a reação dos aliados do ex-presidente Bolsonaro está sendo não reconhecer a derrota. Cresce no Congresso a ofensiva por uma anistia ampla, que visa não à pacificação, mas à reversão política das condenações. Governadores, deputados e lideranças da extrema direita tentam reconstruir a narrativa de que não houve tentativa de golpe, de que Bolsonaro seria perseguido e de que o STF age politicamente.

Essa proposta de anistia fere a democracia e encoraja novas aventuras. O artigo 5º da Constituição de 1988 torna imprescritíveis crimes contra o Estado Democrático de Direito. O precedente da anulação do indulto de Daniel Silveira indica que o Supremo não acolheria o perdão a quem ataca a própria Constituição.

Hierarquia e disciplina

Destaca-se, nesse aspecto, o comportamento dos comandantes das Forças Armadas, que não interferiram no julgamento. O foco da caserna se deslocou, porém, para o Superior Tribunal Militar (STM). A Constituição determina que oficiais condenados a mais de dois anos de prisão podem perder posto e patente após julgamento do STM, provocado pelo Ministério Público Militar. O STF condena; o STM decide se o militar é digno de permanecer no oficialato. Esse julgamento está previsto para o começo de 2026.

Nos bastidores do STM, a divisão entre "legalistas" e "corporativistas" é profunda. Entre os quatro ministros civis, três tendem a votar pela perda de patentes; o quarto deve acompanhar o bloco corporativista. Entre os dez ministros militares, inicialmente apenas três ou quatro votariam pela cassação. Com a aposentadoria dos generais Marco Antônio de Farias e Odilon Sampaio Benzi, votos certos contra a perda de patente, e a chegada de dois novos ministros, os generais Flávio Marcus Lancia Barbosa e Anísio David de Oliveira Júnior, no início de 2026, o cenário se tornou incerto.

Dependendo do perfil dos novos integrantes, os votos legalistas podem chegar a cinco, sobretudo nos casos de Bolsonaro e Braga Netto. Entretanto, a maioria dos ministros militares mantém a lógica de que "um erro não apaga décadas de serviços prestados". Para esse grupo, a tentativa de golpe não configuraria traição institucional, mas desvio de julgamento. Para eles, cassar patentes de generais de quatro estrelas abriria precedente "desestabilizador".

Os legalistas, por sua vez, sustentam que a participação dos generais em um plano golpista que previa medidas de exceção e violência rompeu a honra e a camaradagem no Alto Comando. Avançam que o general Braga Netto, que fomentou ataques aos antigos colegas de Alto Comando e seus familiares, com a tentativa de golpe, cometeu transgressão absoluta da hierarquia militar e, portanto, suficiente para declarar sua indignidade. Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira podem ser poupadados; Garnier divide a Corte.

Um eventual placar de 7 a 7 não pode ser descartado no julgamento. Em caso de empate, a presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Rocha, seria obrigada, pelo regimento interno, a proferir voto de minerva a favor dos réus. Nos bastidores, o Alto Comando do Exército e o Almirantado da Marinha podem influenciar o julgamento. Os novos ministros são duas incógnitas.

O processo transcende o destino dos réus, refletirá o posicionamento institucional das Forças Armadas. A execução das penas pelo STF, a tentativa de anistia no Congresso e o futuro julgamento no STM são a triade que definirá o caminho do país. Se prevalecer a responsabilização, o Brasil romperá com a quebra de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas que sempre alimentou novos círculos golpistas. Se prosperar a anistia ou o STM optar pelo corporativismo, a democracia será relevada por conveniência eleitoral e "espírito de caserna". O país vive um momento histórico.